



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639984 - MS (2021/0012374-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : J DE S V (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de J DE S V em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (Processo n. 1416286-63.2020.8.12.0000).

O paciente foi sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, em razão da prática de ato infracional análogo ao delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que denegou o habeas corpus impetrado perante o Tribunal local, visando à revogação da internação provisória fixada na sentença.

O decisum impugnado foi assim ementado:

HABEAS CORPUS – ATO INFRACIONALEQUIPARADO AO DELITO DESCRITO NO ARTIGO 33,CAPUT DA LEI N. 11.343/06 - IMEDIATO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DEINTERNAÇÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA E ANTES DO TRÂNSITOEM JULGADO – PRECEDENTES DO STJ – ORDEM DENEGADA. Embora o ato infracional não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça, o adolescente/paciente, que respondeu à representação cautelarmente internado, apresenta histórico de reiteração de atos infracionais, inclusive outra medida socioeducativa já foi aplicada (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade)em data recente. Logo, cabível o cumprimento imediato da medida de internação, após a prolação da sentença e antes do trânsito em julgado.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente possa recorrer em liberdade contra a medida extrema proferida pelo juízo de origem.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e não está patente a alegada ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência